

Como defender os direitos trabalhistas diante de tantos ataques?



2019 não tem sido um ano fácil para a classe trabalhadora. Uma das primeiras ações do novo governo foi extinguir o Ministério do Trabalho, reduzindo a fiscalização das condições de trabalho e, principalmente, deixando os empregadores livres para descumprir a CLT.

Os ataques aos direitos trabalhistas vêm se acentuando desde a aprovação da Reforma Trabalhista, em 2017, que entre outras coisas, reduziu diversos direitos e liberou a terceirização da mão de obra. Na época, a Reforma foi aprovada sob diversos discursos de que a flexibilização da legislação proporcionaria a geração de novos postos de trabalho. No entanto, dois anos se passaram e o que vemos é um aumento de 12,7% de desempregados no primeiro trimestre de 2019, atingindo 13,4 milhões de desempregados*, e consequentemente o aumento do trabalho informal (motoristas de aplicativos, entregadores de comida, vendedores ambulantes).

Assim como o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho está na mira da extinção. Durante entrevista ao SBT Brasil, no dia 03 de janeiro deste ano, Bolsonaro afirmou que há no Brasil “excesso de proteção” ao trabalhador e defendeu a atuação da justiça comum em

ações trabalhistas, e que os trabalhadores deveriam arcar com os custos do processo em caso de derrota. Que trabalhador terá coragem de propor ação contra seu empregador, que o dispensou sem justa causa? Ou que não pagou suas horas extras?

Outra proposta do Governo é a carteira de Trabalho Verde Amarela, que abre a possibilidade de uma contratação em que o empregador poderá definir todas as regras do contrato, independente do que estabelece a CLT. Desse modo, os empregadores não terão uma série de responsabilidades, como depositar o FGTS do empregado, multa de 40% em caso de demissão sem justa causa, entre outras obrigações regulamentadas pela CLT. No cenário de alto índice de desemprego é comum as pessoas se submeterem a condições de trabalho degradantes.

Para os trabalhadores dos Correios, o cenário de ataques aos direitos não é diferente. Como se não bastasse a falta de efetivo, péssimas condições de trabalho, DDA, mensalidade no Plano de Saúde, privatização (confira box), entre outros, a Empresa tenta de todas as formas não cumprir as condenações trabalhistas. Em abril, a

ECT retirou as referências salariais (steps) relativas à Ação Civil Pública do PCCS95, implementadas em fevereiro de 2014.

É nestes momentos de ataques que os trabalhadores correm para seus sindicatos em busca de soluções. E para evitar que isso aconteça o Governo vem fragilizando as instituições sindicais. Em março, foi editada a Medida Provisória (MP) 873,

que restringe e submete o pagamento das mensalidades e contribuições sindicais à autorização prévia e expressa do trabalhador, não podendo ser decidida em assembleia. Além disso, a MP também alterou a forma de pagamento das contribuições, não podendo mais ser por meio de desconto em folha, apenas por boleto bancário.

Mesmo que os Sindicatos enviem boletos bancários para os trabalhadores filiados, muitos acabaram não sendo pagos, o que acarretará prejuízos financeiros às instituições. Cursos de formação sindical, campanha salarial, greve, palestras, informativos, fiscalizar unidades, são algumas das ações realizadas pelo SINTECT-GO e que custam dinheiro.

A MP 873 também é uma tentativa de enfraquecer o movimento sindical e fazer com que ele se cale diante da privatização dos Correios e da Reforma Trabalhista. Além disso, também foi uma tentativa de quebrar os sindicatos antes de mais uma Campanha Salarial, que já se aproxima. Como os sindicatos conseguirão defender a categoria estando fragilizados e sem recursos?

No caso da retirada das referências salariais do PCCS95, o SINTECT-GO imediatamente manifestou o acontecido ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que logo determinou que os steps fossem retornados aos contracheques dos trabalhadores.



Mas até quando o Sindicato conseguirá defender os trabalhadores com a tentativa constante do governo em fragilizar as instituições sindicais? Instituições sindicais não sobrevivem sozinhas, elas necessitam do apoio (financeiro e social) dos trabalhadores. As ações do Governo têm mostra-

do qual lado ele defende, e para nós trabalhadores já está mais do que claro que não é o nosso.

A classe trabalhadora já percebeu que não pode depender de ações do Governo para manter seus direitos, pois ele serve a outros interesses. Bem ou mal, o Sindicato defende sempre o lado da categoria, e por isso é necessário que todos os trabalhadores estejam filiados a seus sindicatos, participando das lutas, decisões e assembleias, e, assim, protegendo a si mesmos e aos colegas.

PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS

No dia 26 de abril, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que aprovou estudo da privatização dos Correios. Caso a empresa seja finalmente privatizada, mais de 105 mil trabalhadores e trabalhadoras em todo o Brasil poderão perder seus empregos; mais agências serão fechadas; mais terceirização; trabalhadores perderão direitos, os salários e benefícios achatados. No âmbito social: os serviços prestados serão cada vez mais precarizados; a Empresa deixará de repassar milhões aos cofres públicos; vacinas, livros e urnas eletrônicas deixaram de ser entregues; muitas pessoas serão privadas do acesso ao serviço postal, principalmente as que moram em lugares de difícil acesso, devido à baixa viabilidade econômica; entre outros.

*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada no dia 30/04/2019

ATENÇÃO FILIADOS:

Enquanto a Justiça discute a MP 873, que o governo Bolsonaro usa para enfraquecer com o intuito de fechar as portas dos sindicatos, o SINTECT-GO já se antevê em busca de mecanismos, junto a instituições bancárias, para viabilizar ao trabalhador filiado formas de efetivar suas contribuições.

A medida evita o prejuízo financeiro da instituição, mantém a organização da luta, como a construção de manifestações, greves, plenárias, congressos, encontros, materiais informativos, estrutura sindical (funcionários e encargos), entre outros, preserva o sindicato enquanto instrumento de luta dos trabalhadores e sua livre organização.

Alguns Sindicatos de trabalhadores dos Correios no país já se encontram em dificuldades de subsistência frente a todos os ataques do Governo e da Empresa.

Desse modo, para promover a cobrança das filiações, seja por boleto ou débito em conta (ainda está sendo estudado as formas possíveis e valores de tarifas para que não onere a instituição), o SINTECT-GO realizará um recadastramento de todos os trabalhadores filiados em breve, para que os mesmos atualizem seus dados e autorize o Sindicato a realizar as cobranças junto as instituições financeiras.

Obs.: Os formulários de recadastramento e autorização serão encaminhados em breve.

VENHA CONOSCO MOSTRAR QUE JUNTOS PODEMOS MAIS!